



**AGORA VAI? — NOTAS ARQUEOLÓGICAS SOBRE CRIAÇÃO,
FORMAÇÃO E POLÍTICA NAS BORDAS DE SÃO PAULO.**

Autor: Carlos de Moura Veloso Junior¹

Orientador: Dr Matteo Bonfitto²

Resumo

Este texto apresenta os primeiros movimentos do projeto de doutorado *Arqueologia nas margens: as noções de formação no Programa VAI pelos olhos de um artista-pesquisador* (eixo: Subjetividade – Sociedade – Cultura), discutido no Seminário de Pesquisas Mario Santana do PPG Artes da Cena da Unicamp. A partir de uma reflexão introdutória sobre os objetivos centrais da pesquisa, são expostos os documentos iniciais selecionados para análise e os procedimentos metodológicos que inauguram a escavação documental do material. Os documentos examinados compreendem: (1) a lei que institui o Programa VAI como política pública cultural da cidade de São Paulo e (2) os projetos autorais em dança desenvolvidos pelo pesquisador e contemplados pelo programa ao longo de sua

¹Carlos Veloso é multiartista, historiador e professor de dança, com 17 anos de trajetória nas artes performáticas. Bailarino, intérprete-criador e diretor do Coletivo Corpos Falantes, investiga relações entre corpo, memória e política, pesquisa aprofundada em seu Doutorado em Artes da Cena na UNICAMP. Mestre e graduado em História pela UNIFESP, estudou experiências artístico-políticas da dança durante a Ditadura Militar. Atuou em companhias como Raça Cia de Dança, Anacã Cia de Dança e Companhia de Danças de Diadema, além do projeto internacional *Biblioteca do Corpo* na Suíça e Áustria. Como professor, dedica-se à formação em dança contemporânea, jazz e improvisação, assinando diversas obras coreográficas e contribuindo para projetos culturais e programas de fomento à arte. Email: carlosveloso1204@gmail.com

²Matteo Bonfitto é ator-performer, diretor teatral, escritor e Professor Titular do Instituto de Artes da UNICAMP. Formado pela EAD-ECA-USP, pelo DAMS da Universidade de Bolonha e doutor pela Royal Holloway University of London, desenvolveu pesquisas na CUNY (Nova Iorque), Freie Universität (Berlim), Sorbonne Nouvelle (Paris) e INSR (Florença). Autor de livros e artigos publicados em diversas línguas sobre processos do ator-performer, apresenta trajetória artística internacional, com espetáculos e performances no Brasil, Chile, França, Itália, Alemanha, Estados Unidos, Colômbia, Escócia, Equador e Cuba. É Diretor Artístico do Núcleo Performa (www.performateatro.org); Email orientador: matteobonfitto@gmail.com



trajetória artística. Fundamentada no método arqueológico de Michel Foucault em *A Arqueologia do Saber*, a investigação buscará, ao longo do desenvolvimento da tese, compreender quais noções de formação emergem desses materiais, que regras e expectativas estruturam os discursos do edital e que lacunas e silenciamentos atravessam essa política, especialmente nos contextos periféricos paulistanos.

Palavras-Chave: Dança, Políticas públicas, Formação, Arte.

Introdução

O presente texto tem como objetivo apresentar os primeiros passos do projeto de doutorado *Arqueologia nas Margens: as noções de formação no Programa VAI pelos olhos de um artista-pesquisador* (eixo: Subjetividade – Sociedade – Cultura), submetido em 2024 ao Programa de Pós-Graduação em Artes da Cena da UNICAMP. Ao longo de seu desenvolvimento, o projeto buscará compreender as camadas que estruturam o VAI (Programa de Valorização de Iniciativas Culturais), política pública da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, entendendo-o como um dispositivo criativo e relacional. A partir dessa leitura, a pesquisa investigará de que modo a noção de formação artística e social é mobilizada por essa política e quais são seus efeitos práticos na constituição sociocultural de jovens artistas que vivem e criam em contextos periféricos.

O interesse, talvez inicialmente inconsciente, em trilhar esse caminho em que arte, política e periferia se atravessam remonta a vinte e dois anos atrás, na sala multiuso do CEU Aricanduva, na efervescente Zona Leste de São Paulo. Foi ali que, ainda criança, pisei pela primeira vez no tablado de madeira para minha aula inaugural de teatro. Ao saber das atividades gratuitas oferecidas pela Secretaria Municipal de Cultura, minha mãe, Eliane, desceu a extensa Avenida dos Latinos e me matriculou no recém-criado Programa Teatro Vocacional (2001). A arte me alcançou ali, abrindo uma fresta no que a cidade parecia reservar a corpos como o meu.

Esse percurso, tecido por sucessivos acessos formativos públicos, Teatro Vocacional, Escola da Família, UNIFESP e, mais tarde, o Programa VAI, constituiu meu entendimento da arte como campo de formação de mundo. O Vocacional me introduziu



às artes da cena; a Escola da Família ampliou práticas corporais e convivências artísticas no âmbito escolar; a universidade me ofereceu repertório crítico para nomear e tensionar esses processos; e o VAI, em 2015, me concedeu algo inédito: a possibilidade de ser financiado como autor do meu próprio fazer artístico em dança.

O primeiro encontro com o VAI foi decisivo. O edital financiou meu primeiro projeto autoral, realizado junto ao meu coletivo, e marcou de modo profundo minha profissionalização como artista e produtor cultural independente. Foi a partir desse apoio que pude escrever, produzir, elaborar orçamentos, dirigir processos, circular espetáculos e construir mediações com equipamentos públicos de cultura pela primeira vez com respaldo direto do Estado.

No entanto, foi também na permanência com o edital, entre 2015 e 2023, que emergiram as inquietações que hoje orientam esta pesquisa. Até que ponto a noção de “formação”, enunciada pela lei do Programa VAI como um de seus pilares, é de fato sustentada na prática? Por que tantos projetos contemplados encontram condições tão escassas para continuar após a execução anual? E como esses limites incidem sobre artistas que vivem nas margens da cidade?

O projeto de doutorado surge, portanto, desse choque fértil entre política e prática: nasce tanto do que pude realizar graças ao programa quanto daquilo que o próprio edital não conseguiu sustentar como acompanhamento formativo. Assim, proponho escavar essa política pública cultural não para negá-la, mas para imaginá-la de outro modo: mais atravessada pela continuidade dos processos do que pela entrega pontual de produtos, mais cuidadosa com os tempos da criação e mais comprometida com as possibilidades formativas que ela mesma anuncia.

Neste primeiro movimento da pesquisa, delimito apenas o conjunto de materiais que comporão o corpus a ser analisado posteriormente: a lei que institui o Programa VAI e os seis projetos em dança nos quais atuei, dirigi e/ou produzi ao longo dos anos em que fui contemplado pelo edital. A abordagem adotada dialoga diretamente com a arqueologia do saber de Michel Foucault, que orientará a escavação dos enunciados, regras e



condições de existência que atravessam esses documentos. É a partir dessa delimitação inicial que as próximas camadas da investigação poderão se desdobrar.

A Arqueologia do saber de Foucault como referencial metodológico

Assumir Michel Foucault como principal referência neste início de pesquisa não é apenas uma escolha teórica, mas também um gesto metodológico. Em *A Arqueologia do Saber* (1969), Foucault propõe um método que não busca a “origem” dos discursos, e sim as regras, as condições históricas e as redes de poder que tornam possível que determinados enunciados existam. É sob essa perspectiva que me coloco: a arqueologia me interessa porque desloca o documento do lugar de prova estável e o trata como superfície atravessada por disputas, escolhas, hierarquias e exclusões.

Ao trazer esse método para o campo da dança e das políticas públicas culturais, faço um movimento de transposição que considero fundamental. Retiro a arqueologia do domínio mais restrito da filosofia e a coloco diante de arquivos institucionais, trajetórias artísticas e materiais de fomento, entendendo que esses elementos também são discursos: produzem saber, legitimam narrativas e moldam processos de formação. Assim, olhar para a lei do VAI e para os projetos culturais de dança pelas lentes de Foucault me permitirá aproximar mundos que convivem na prática, mas que raramente são pensados em continuidade.

Esse deslocamento metodológico torna-se especialmente relevante porque a lei que institui o VAI é produzida a partir de uma lógica estritamente burocrática, atravessada por normativas administrativas e por uma maneira estatal de definir o que é “formação”, “juventude”, “cultura” e “periferia”. Já os projetos culturais que compõem o outro eixo do meu corpus surgem de um lugar discursivo distinto: são escritos por coletivos periféricos que interpretam o edital a partir de suas próprias condições de criação e, muitas vezes, de sua primeira experiência formulando uma proposta artística. Esses projetos não descrevem a dança realizada, mas antecipam a dança possível: desejos, estratégias e negociações que precisam se acomodar às regras do programa. Ao revisitá-los, buscarei observar não apenas o que propusemos fazer, mas também de que modo essa escrita pode



ter se moldado às expectativas do edital. Assim, olhar arqueologicamente para a lei e para os projetos significa reconhecer suas particularidades, tensões e os modos explícitos e implícitos pelos quais articulam noções de formação.

Rer ler esses materiais arqueologicamente permitirá observar não apenas o que está dito, mas também o que permanece implicado, ausente, silenciado ou impedido. A arqueologia do saber me possibilita escapar de leituras lineares e compreender o fomento como um campo onde formação, criação e administração se sobrepõem e disputam espaço. Ao me posicionar como artista-pesquisador, não pretendo analisar a lei e os editais a partir de uma exterioridade técnica: observo-os desde dentro, considerando seus efeitos sobre jovens artistas que vivem e criam nas periferias da cidade.

Interessa-me, portanto, trabalhar com Foucault não de maneira aplicada ou ilustrativa, mas como quem aproxima campos para friccioná-los. A arqueologia oferece ferramentas para tensionar os documentos, evidenciando regras, discontinuidades, arquivos e práticas institucionais que moldam subjetividades.

Essa escolha metodológica prepara o terreno para a próxima etapa da investigação, na qual passo a delimitar e escavar o corpus documental composto pela lei do Programa VAI e pelos projetos culturais de dança que atravessam minha trajetória. É nesse encontro, entre documentos institucionais e documentos produzidos no cotidiano da criação artística periférica, que a arqueologia pode se tornar um método vivo, capaz de iluminar as noções de formação que atravessam o programa e reverberam nos modos de criar e existir artisticamente nas margens da cidade.

Fontes da pesquisa: lei e projetos como camadas documentais vivas

Mais do que descrever o material que compõe esta pesquisa, neste momento da pesquisa, retomo o gesto que organizei no Seminário de Pesquisas: formular e apresentar as perguntas que irão orientar a análise futura. Como a arqueologia do saber propõe um modo de investigação que parte das questões, e não das interpretações imediatas, este momento da pesquisa dedica-se a delimitar o corpus documental e a explicitar os



problemas que serão dirigidos a ele. Trata-se, portanto, de um movimento preparatório, e não ainda analítico.

Organizo minhas fontes como camadas que se sobrepõem e convivem, em vez de tratá-las como “tipos diferentes de dados”. A arqueologia pressupõe justamente essa atenção ao que se torna arquivo, aquilo que pode ser dito, registrado, legitimado. No caso desta pesquisa, o arquivo é simultaneamente documento, prática, linguagem e trajetória. Assim, a lei que institui o Programa VAI e os projetos culturais de dança que escrevi ao longo dos anos compõem um campo discursivo que será escavado mais adiante, mas que aqui é apenas apresentado e situado.

A primeira camada é a Lei Municipal nº 13.540/03. Leio esse documento não como um texto normativo distante, mas como o discurso inaugural que torna possível falar de formação, inclusão e democratização cultural para jovens periféricos em São Paulo. Nesta etapa, o gesto arqueológico consiste em formular as perguntas que permitirão investigar, no futuro: Que noção de formação essa lei constrói? Quais expectativas projeta sobre jovens artistas periféricos? Que elementos explicita e quais silencia? Em que condições históricas e políticas esse discurso se tornou possível em 2003. Essas perguntas não são respondidas aqui; são preparadas como ferramentas para orientar a escavação documental.

A lei, embora inaugural, não emerge de um vazio. Ela dialoga com heranças e lacunas das políticas culturais brasileiras, como discute Albino Rubim (2022) ao situar a institucionalização das políticas culturais na Era Vargas, e se insere em um início de século marcado pela virada conceitual das gestões de Gilberto Gil e Juca Ferreira, que reposicionaram cultura como direito, diversidade e território. Também ecoa a Tese de James de Lemos Abreu sobre o caráter relacional dos primeiros anos do VAI. Essa contextualização não é ainda interpretação, é parte da preparação para a análise.

A segunda camada é composta pelos projetos culturais em dança que concebi e dirigi entre 2015 e 2023, elaborados junto a coletivos periféricos e apresentados ao VAI. Reviso esses materiais como parte do corpus documental que será analisado futuramente, reconhecendo que eles não descrevem a dança realizada, mas a dança possível, a que se



tenta formular dentro das regras do programa. Aqui, as perguntas que orientarão a análise são outras, mas igualmente arqueológicas: Como esses projetos compreendem e narram a formação artística? De que modo traduzem desejos criativos para a linguagem institucional do edital? Em que medida suas escritas se moldam às expectativas do programa? E quais dimensões formativas aparecem ou permanecem invisíveis no registro formal?

Ao reunir essas duas camadas, a da lei e a dos projetos, não busco ainda identificar tensões ou contradições, mas apenas reconhecê-las como discursos produzidos em posições distintas e que, justamente por isso, oferecem campos complementares de investigação. Como esses discursos se encontram, se atritam ou se distanciam será matéria da análise posterior.

Nesta etapa, limito-me a apresentar o corpus e explicitar as perguntas que o atravessam, compreendendo que é nesse intervalo entre o que é escrito e o que é vivido que a arqueologia poderá operar futuramente. A análise virá depois; por ora, apresento apenas as camadas e os problemas que orientarão a escavação.

Conclusão

O percurso apresentado neste texto não pretende oferecer respostas, mas construir o terreno sobre o qual elas poderão emergir. Ao delimitar a lei do Programa VAI e os projetos culturais que atravessam minha trajetória como camadas documentais a serem escavadas, busquei explicitar as perguntas que orientarão a investigação e situar o gesto metodológico que fundamenta o estudo. A aproximação entre política pública, práticas artísticas e trajetórias periféricas, articulada pela arqueologia do saber, permite vislumbrar um campo fértil de problemas ainda a serem desdobrados. Assim, o trabalho aqui apresentado cumpre seu papel inicial: estabelecer o corpus, enunciar as questões e justificar o método que guiará a análise. As respostas, seus tensionamentos e possíveis deslocamentos surgirão apenas nas próximas etapas da pesquisa, quando a escavação desses documentos puder, de fato, revelar as noções de formação que atravessam o VAI e suas reverberações na criação artística nas margens da cidade.



Referências

ABREU, James de Lemos et al. *Cultura e política: o caso do Programa "VAI" em São Paulo (2004-2008)*. Tese não publicada.

CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Editora FGV, 2009.

CASSETTE, Mariah Lança de Queiroz. *O conceito de esfera pública nas obras de Hannah Arendt e Jürgen Habermas*. Revista Três Pontos, Belo Horizonte, v.5, n.1, 2008.

FERRACINI, Renato. *Presença e Vida. Corpos em arte*. In: Anais VII Reunião Científica da ABRACE, Belo Horizonte, 2013.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

JAEGER, Werner. *Paideia: A Formação do Homem Grego*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

MANTOVANINNI, Durval; TOSIN, Giuliano. *A trajetória do programa vocacional: uma iniciativa singular de arte-educação na cidade de São Paulo*. MOMENTUM, v. 1, n. 15, 2018.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. São Paulo: N-1 Edições, 2017.

NAPOLITANO, Marcos. "Vencer Satã só com orações?": políticas culturais e cultura de oposição no Brasil dos anos 70". IN: ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha (Org). *A construção social dos regimes autoritários*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2010.

NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. *Cultura e políticas para as artes*, 2012.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*, 1985.

RIBEIRO, Gisele. *Da arte pública à esfera pública política da arte*. Revista Poiésis, v. 13, n. 20, p. 33-44, 2012.

RIDENTI, Marcelo. *Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Ed: Civilização Brasileira, 2012. Cap. 4.



Seminário de Pesquisas MARIO SANTANA PPG Artes da Cena - IA - UNICAMP

I

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Políticas culturais no Brasil: tristes tradições*. Galáxia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica, n. 13, p. 101-113, 2007.

São Paulo (SP) Secretaria Municipal de Cultura. *VAI - 5 anos*. São Paulo: SMC, 2008.

São Paulo (SP) Secretaria Municipal de Cultura. *VIA VAI: Percepções e caminhos percorridos*. São Paulo, 2012.

SOVIK, Liv. *Os projetos culturais e seu significado social*. Galáxia (São Paulo), v. 14, p. 172-182, 2014.